



International Journal of Innovation
ISSN: 2318-9975
altibart@gmail.com
Universidade Nove de Julho
Brasil

Contributo do empreendedorismo social para o desenvolvimento de Cabo Verde: um estudo exploratório

Bernardino, Susana; Santos, José Freitas; Soares, Maryzette

Contributo do empreendedorismo social para o desenvolvimento de Cabo Verde: um estudo exploratório

International Journal of Innovation, vol. 5, núm. 1, 2017

Universidade Nove de Julho, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=499151081009>

Contributo do empreendedorismo social para o desenvolvimento de Cabo Verde: um estudo exploratório

Susana Bernardino susanajbernardino@gmail.com

ISCAP, Portugal

José Freitas Santos jfsantos@iscap.ipp.pt

ISCAP, Portugal

Maryzette Soares maryze.soares@hotmail.com

Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Portugal

International Journal of Innovation, vol.
5, núm. 1, 2017

Universidade Nove de Julho, Brasil

Redalyc: [https://www.redalyc.org/
articulo.oa?id=499151081009](https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=499151081009)

Resumo: O empreendedorismo social tem sido reconhecido como um instrumento útil na promoção do desenvolvimento económico sustentável. O objectivo do estudo é o de explorar em que medida as Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento Portuguesas (ONGDP) contribuem para o desenvolvimento de Cabo Verde (CV). Deste modo, procurou-se identificar e avaliar os projetos desenvolvidas pelas ONGDP em CV, compreender que tipo de dificuldades enfrentam e as motivações que envolvem. Para o efeito fez-se uso de uma metodologia qualitativa, através da recolha e análise de dados secundários (desk research) e de entrevistas aos responsáveis de seis ONGDP que atuam em CV. O estudo permitiu concluir que as ONGDP não se focam numa única área de atuação, mas em várias, como a saúde, desenvolvimento rural, educação e formação profissional, entre outras. Verificou-se que as ONGDP agem em parceria com organizações locais, que se afiguram cruciais por viabilizarem o conhecimento da realidade concreta. CV tem sido beneficiado com os projetos em razão de partilhar uma língua comum. Para a obtenção de recursos, a maioria das ONGDP recorrem a contribuições em espécie, bem como a voluntariado. A geração de valor social foi conseguida essencialmente através de atividades geradoras de valor económico, entendidas como as mais eficazes para assegurar uma resposta social sustentada. As principais dificuldades encontradas surgem das características específicas do território e da sua orografia que tem implicações na acessibilidade, transportes e meios de comunicação.

Palavras-chave: Empreendedorismo Social, Desenvolvimento Sócio-Económico, Organizações Não Governamentais, Geração de Valor Social.

Abstract: Social entrepreneurship has been recognized as a valuable tool for promoting sustainable economic development. The aim of the study is to explore the extent to which Portuguese Non-Governmental Organizations for the Development (ONGDP) contribute to the development of Cape Verde (CV). Thus, we intend to identify and assess the projects developed by ONGDP in CV, to understand the difficulties faced and the underlying motivations. To this end a qualitative methodology was used through the collection and analysis of secondary data (desk research) and interviews with the responsible of six ONGDP working in CV. The study concluded that the ONGDP do not focus on one area of activity, but several, such as health, rural development, education and training, among others. We found that ONGPs act in partnership with local organizations, which are crucial for understanding the concrete reality. CV has been benefited from the projects because of the common language shared. To obtain resources, most ONGDP rely on in-kind contributions and volunteering. The generation of social value was achieved mainly through economic generating activities, seen as the most effective to ensure a sustained social response. The main difficulties arise from the specific characteristics of the territory and its orography which have implications for accessibility and communication.

Keywords: Social Entrepreneurship, Socio-Economic Development, Non-Governmental Organizations, Social Value.

INTRODUÇÃO

O empreendedorismo social (ES) representa um conjunto de atividades de caráter social e solidário que são desencadeadas com vista ao desenvolvimento sustentável das regiões (Dees, 2001).

Apesar de a humanidade ter conquistado uma melhoria no nível de qualidade de vida nos últimos séculos, persistem ainda problemas de cariz social tais como a pobreza, a exclusão social, as questões de género ou o desemprego, que muito têm contribuído para o agravamento das situações de desigualdade social e que exigem o desenvolvimento de respostas sustentáveis.

De facto, são várias as políticas que têm sido adotadas com o intuito de minimizar estes problemas, nas quais se destaca o fomento do ES, apontado, nos últimos anos, como um instrumento determinante na resolução dos problemas sociais.

O ES procura resolver as questões sociais através da criação de valor social de uma forma inovadora (Dees, 2001). Importa sublinhar que as atividades são desenvolvidas por indivíduos, denominados de empreendedores sociais, que vêem oportunidades onde existem problemas e que através dos recursos disponíveis conseguem dar respostas às necessidades não supridas pelo Estado.

Ora, os empreendedores sociais atuam na sociedade de diversas formas, quer como agentes de mudança, quer apoiando Instituições Sem Fins Lucrativos (ISFL), através das quais conseguem agir fora da esfera do Estado.

De salientar que neste leque de organizações sem fins lucrativos se encontram as Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD).

Estas organizações conseguem, através das suas áreas de trabalho (cooperação para o desenvolvimento, educação para o desenvolvimento e ajuda humanitária e de emergência), ter impacto na vida quotidiana das comunidades (Andrade & Franco, 2007; Plataforma Portuguesa das ONGD, 2014), o que lhes permite apresentar soluções sustentáveis para a promoção do desenvolvimento.

No que diz respeito a CV o governo tem apoiado os projetos de ES através de incentivos e apoios do governo, como também das organizações internacionais nas quais se incluem as ONGD. De acordo com o discurso das entidades governativas do país, o empreendedorismo é um fator essencial para o futuro de CV, levando a que os jovens sejam mais inovadores, eficientes e criativos.

As mesmas entidades acrescentam que o empreendedorismo tem tido um impacto extraordinário no desenvolvimento das empresas o que conduz à geração de emprego. Em particular o ES tem sido apontado como um motor para promover o desenvolvimento económico, social e familiar.

O ES também tem vindo a ganhar reconhecimento na comunidade académica, enquanto nova abordagem dos problemas das sociedades moderna (Santos, 2012).

De facto, o ES tem tido um papel importante como instrumento de política económica e social ao nível do combate ao desemprego, exclusão social e da promoção do desenvolvimento económico sustentável. A Comissão Europeia tem defendido o papel das organizações sociais enquanto promotoras de sociedades mais coesas, ativas e democráticas.

CV tem apresentado um desenvolvimento expressivo nos últimos anos e a sua adesão à Organização Mundial de Comércio demonstra esta realidade (Brito, 2013).

Não obstante, CV é um país que ainda apresenta vulnerabilidades estruturais devido à sua reduzida dimensão territorial, insularidade, fragilidade dos ecossistemas e escassez dos recursos naturais, forte pressão demográfica sobre os recursos, secas prolongadas, localização geográfica, exiguidade do mercado de trabalho e pobreza (FAO, Governo de Cabo Verde, 2009).

Em Portugal têm sido desenvolvidas diversas iniciativas de ES, das quais um número significativo tem como foco a atuação em Cabo Verde. De facto, das 65 ONGD portuguesas inscritas na Plataforma

Portuguesa das ONGD, 26 atuam em CV (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2014).

Com esta investigação pretende-se avaliar o contributo das ONGD portuguesas para o desenvolvimento social de CV. A partir desta questão de investigação principal, definiram-se questões de investigação específicas.

Em primeiro lugar, procurou-se identificar e analisar a atuação das ONGD portuguesas em Cabo Verde, bem como a sua área de intervenção e fontes de financiamento. Depois, compreender as razões que levaram estas organizações a escolher Cabo Verde. Finalmente, analisar as dificuldades e desafios que se colocam à sua atuação em Cabo-Verde.

O estudo do ES em CV é praticamente inexistente, sendo a literatura existente tributária do empreendedorismo económico (Carvalho, 2012; Oliveira, 2011; Rocha, 2013). Por outro lado, pouco se conhece sobre o contributo das ONGD para o desenvolvimento social de Cabo Verde.

Com esta investigação pretendeu-se colmatar a lacuna existente na literatura. Nessa medida, optouse pela realização de uma investigação qualitativa exploratória. A amostra utilizada na realização do estudo empírico foi constituída por julgamento dos investigadores, tendo sido selecionadas seis ONGD Portuguesas que têm projetos em CV.

O artigo compreende quatro secções. Nas duas primeiras, procede-se à revisão de literatura, delimitando-se o conceito de ES, enquanto elemento capaz de criar valor social, e contextualizando-se o seu campo de ação no âmbito das ISF e do terceiro setor.

Na secção seguinte, refere-se a metodologia usada na investigação e na quarta apresentam-se e discutem-se os resultados. O artigo encerra com as conclusões, onde são apresentadas as implicações do estudo para os

agentes sociais e políticos envolvidos no desenvolvimento de Cabo Verde, bem como as sugestões para trabalhos de investigação futuros.

EMPREENDEDORISMO SOCIAL: GÉNESE E CONCEITO

O conceito de ES emergiu na década de 80 com os trabalhos de Bill Drayton na associação Ashoka e Ed Skloot na New Ventures (Dees, 2007) sendo, por isso, um termo recente (Quintão, 2004).

Apesar disso, embora os termos sejam relativamente novos, os “empreendedores sociais e ações em ES podem ser encontradas ao longo da história, nas suas diferentes dimensões quer enquanto práticas de organização e de gestão, quer como modelos de intervenção” (Parente & Quintão, 2014, p.13).

Para Dees (2009) as origens do ES remontam à era vitoriana tardia (final do século XIX), apelidada como “caridade científica” embora concebida, nos dias de hoje, de um modo mais sistémico e estratégico.

Nesse período houve uma alteração na forma de ver a caridade, passando esta a ser encarada não só como um ato de dar esmolas, mas também, como um mecanismo caritativo capaz de criar uma mudança duradoura e sistémica. É, precisamente neste fundamento que se alicerça a prática do ES.

O termo ES surge da combinação de duas conceções: empreendedorismo e missão social (Parente, Costa, Santos & Chaves, 2011). Empreendedorismo porque incute as três ideias chave do empreendedorismo que são (Quintão,

2004): (i) a criação de valor; (ii) a inovação; e (iii) a procura de oportunidades. A inclusão da expressão social advém do facto de a criação de valor social ser o principal objetivo da iniciativa (Parente & Quintão, 2014).

No entanto, Dees (2001) apresenta uma visão mais idealizada ao considerar que os empreendedores sociais são: agentes de mudança no setor social que adotam uma missão para criarem e manterem valor social; reconhecem e procuram constantemente novas oportunidades para servir essa missão; empenham-se num processo contínuo de inovação, adaptação e aprendizagem; agem com ousadia sem estar limitados pelos recursos disponíveis no momento; prestam contas com transparência.

Leadbeater (1997) apresenta os empreendedores sociais como sendo inovadores, transformadores, líderes, narradores, gestores de pessoas, visionários e construtores de alianças.

O autor acrescenta, ainda, que os empreendedores sociais reconhecem os problemas sociais, organizam, criam e gerem uma empresa de forma a alcançar as mudanças sociais. Esses problemas sociais são resultado das necessidades que o Estado não consegue dar resposta. Portanto, essas necessidades geram uma oportunidade para os empreendedores sociais e estes reúnem os recursos necessários (geralmente pessoas, muitas vezes voluntários, dinheiro) e usam-nos para fazer a diferença (Thompson, Alvy & Lees, 2000).

Poder-se-á, assim, entender que o ES se traduz em atividades e processos realizados para descobrir, definir e explorar as oportunidades de forma a melhorar o bem-estar social, através da criação de novas empresas ou da gestão de organizações já existentes de uma forma inovadora (Zhara, Rawhouser, Bhawe, Neubaum & Hayton, 2008).

Os elementos caracterizadores do termo de ES são confirmados por Ashoka (2012; citado por AbuSaifan, 2012) na medida em que este considera os empreendedores sociais como indivíduos com soluções sociais inovadoras para os problemas sociais urgentes. Os empreendedores sociais são visionários e realistas, preocupados, essencialmente, com a implementação e prática da sua visão.

As soluções sociais que o ES apresenta, de acordo com Santos (2012), surgem de um conjunto de atividades que não tem por finalidade o lucro per si, mas que visa alcançar um propósito social. Para o autor, este novo modelo apresenta implicações ao nível do sistema económico, visto que cria novas indústrias, novos modelos de negócios e redireciona os recursos para os problemas sociais negligenciados.

Não obstante, procura resolver esses problemas criando valor para a sociedade de uma forma duradoura. A este propósito Parente et al. (2011), baseando-se no discurso de Bill Drayton, referem que os empreendedores sociais não se contentam em dar um peixe ou ensinar a pescar, por isso, não descansam enquanto não revolucionarem a indústria da pesca.

Com esta metáfora os autores pretendem aludir à ideia de que o que se pretende com a atividade do ES é capacitar as comunidades nas quais intervém de modo a que estas alcancem algum envolvimento e autonomia na forma como solucionam os problemas que enfrentam.

A prática do ES envolve, portanto, a necessidade de uma participação direta ou indireta por parte da comunidade beneficiada permitindo, desse modo, uma maior capacitação humana em detrimento de meras relações de dependência (Santos & Guerra, 2012).

Para Quintão (2004), a emergência do ES surge como resultado do desenvolvimento da investigação sobre empresas sociais e terceiro setor, setor este que é frequentemente designado como correspondente à economia social. Sendo o ES um campo emergente gera ainda, alguma confusão quanto ao significado do conceito (Abu-Saifan, 2012).

Deste modo, o conceito pode ser encarado como subjetivo na medida em que cada investigador inclui o seu próprio ponto de vista, o que conduz à falta de consenso e a controvérsias e disputas sobre qual o seu significado adequado (Choi & Majumdar, 2014).

Em síntese, cada autor enfatiza as diferentes características que, na sua opinião, melhor definem o empreendedorismo e o empreendedor social.

Por outro lado, constata-se a existência de uma evolução dos conceitos apresentados pelos investigadores, que com o passar dos anos tornam mais complexas as definições, o que mostra que a área do ES tem vindo a ganhar forma e a alargar o seu campo de ação.

Na atualidade, o termo ES incute diversos significados, podendo contemplar não só organizações sem fins lucrativos, como também entidades capazes de gerar excedente económico que apresentam uma

forte missão social (Parente & Quintão, 2014). O ES não procura somente ter carácter assistencialista, mas sim promover a sustentabilidade económica, social e ambiental nas soluções concebidas, tanto para as pessoas como territórios (Parente & Quintão, 2014).

Sendo assim, o ES trouxe novas formas de abordar a pobreza e a exclusão social, pois propícia a capacitação e o desenvolvimento comunitário, com ênfase na sustentabilidade das iniciativas e tendo como orientação a missão social (em vez da acumulação de capital) (Santos & Guerra, 2012).

EMPREENDEDORISMO, EMPREENDEDORES E CRIAÇÃO DE VALOR SOCIAL

Como se referiu, o ES visa a criação de algo que para Dees (2001) é o “valor social”, para Zahra et. al., (2009) traduz-se na “riqueza total”, e para Porter e Kramer (2011) é o “valor partilhado” embora a finalidade última seja a criação simultânea de valor social e económico. Assim, no ES, a criação de valor deverá ser concebida em termos sociais e económicos (Emerson, Wachowicz & Chun, 2001).

Porém, a criação de valor social é o objetivo central (Parente & Quintão, 2014), motivo pelo qual os empreendedores sociais procuram oportunidades e desenvolvem atividades inovadoras.

As atividades desenvolvidas podem ter como beneficiários um só segmento da população (por exemplo, jovens em situação de risco) ou a sociedade no seu todo, quando as ações têm como alvo o público em geral (por exemplo, ações de sensibilização).

Deste modo, as ações de ES podem proporcionar a criação de valor de uma forma direta através de um produto ou serviço que supra uma necessidade social ou então, de uma forma indireta, quando se está perante ações de sensibilização e consciencialização junto da população acerca de uma questão social.

Portanto, pelo facto dos empreendedores sociais atuarem no campo social faz com que os desafios encontrados sejam ainda maiores do que aqueles com que se deparam os empreendedores económicos (Dees, 2001). Definir, por exemplo, o valor social que uma atividade está a gerar é particularmente difícil na medida em que o termo “social” é entendido por alguns autores como complexo e, por vezes, contraditório (Parente & Quintão, 2014).

Para Young (2006; citado por Parente & Quintão, 2014, p.39) “a natureza do valor social advém do resultado de um conjunto de atividades, produtos ou serviços que beneficiam e são valorizadas por pessoas cujas necessidades não estão a ser supridas nem pelo Estado e nem pelo mercado”.

Estas atividades podem ser de cariz cultural, comunitário, artístico, recreativo, profissional ou desportivo, e vão de encontro aos interesses da sociedade (Muraro & Lima, 2003). Isso leva a que os empreendedores sociais atuem em diversas esferas da sociedade.

De facto, desde que haja um problema que afeta a sociedade e que haja oportunidades para a sua resolução, os empreendedores sociais não medem esforços para proporcionar um nível de vida melhor à sociedade (Dees, 2001).

Assim, a capacidade de criação de valor social não depende apenas da interação entre os indivíduos que prosseguem atividades de ES, mas está condicionada pelo reconhecimento e consciência dos benefícios que a sua atividade é capaz de proporcionar à sociedade em geral e, em particular, à comunidade em que se integra a iniciativa social.

Emerson et al., (2001) reconhecem esta capacidade de criação de valor por parte do ES, que se traduz na melhoria das condições de vida dos indivíduos ou sociedade como um todo através da combinação dos recursos, inputs, processos ou políticas.

Portanto, os empreendedores sociais atuam na sociedade de forma diferente das iniciativas sociais tradicionais pois estas pretendem a satisfação imediata das necessidades, enquanto o ES procura satisfazer as necessidades sem criar situações de dependência, dotando as pessoas de capacidades para resolverem os seus próprios problemas sociais.

Um elemento central do ES são os problemas sociais. Um problema social é uma situação incompatível com os valores que um determinado número de indivíduos defendem e que, por conseguinte, estes pretendem alterar (Carmo, 2008).

Estamos, pois, perante um problema social quando um grande número de indivíduos deteta que há questões inquietantes à sociedade, e que trazem dificuldade às pessoas, que carecem de soluções. Por isso, o empreendedor social procura desenvolver uma resposta a esses problemas, buscando um valor duradouro e sustentável para a sociedade.

Dos problemas sociais mais prementes que o ES visa enfrentar destacam-se a pobreza e a exclusão social.

A pobreza é caracterizada como um infortúnio de alguns membros da sociedade e quando ela é involuntária é vista como uma violação dos direitos humanos fundamentais. Por esse motivo, deve ser colocada na agenda política dos governos nacionais e instâncias internacionais ao mesmo nível de outras matérias como a segurança e a paz (Silva, 2010).

Já o Instituto Nacional de Estatística (INE, 2010) caracteriza a pobreza monetária relativa como sendo o rendimento disponível ou a despesa por indivíduo ou agregado familiar quando comparado com alguma variável de referência que sirva de linha de demarcação entre pobres e não pobres. Neste contexto, é preciso definir o que é ser pobre a fim de melhor se entender essa definição.

Pode-se dizer que os pobres são considerados como os indivíduos ou agregados familiares cujo rendimento ou despesa é inferior a um certo limiar que, no caso dos países menos desenvolvidos, é definido como um dólar por pessoa, por dia, no caso de uma definição de pobreza severa e dois dólares, por pessoa, se for com um critério mais generoso (Silva, 2010).

Já nos países da União Europeia é definida uma certa percentagem (60% segundo o critério da Eurostat) do rendimento médio de um

determinado território (Silva, 2010). Ainda o INE (2010, p.25-26) afirma que “ser pobre não é apenas ter um rendimento inferior a um dado limiar de pobreza, mas é também estar dependente de fontes sobre as quais os indivíduos não têm qualquer controlo, por elas não constituírem o seu dinheiro”.

As manifestações de pobreza incluem a falta de rendimentos e de recursos produtivos suficientes para garantir condições de vida sustentáveis.

A pobreza manifesta-se, designadamente, na fome, na desnutrição, na falta de saúde, na falta ou acesso limitado à educação, no aumento da natalidade e mortalidade por doença, nas condições de habitação, na exclusão, na insegurança e na discriminação social.

A pobreza tem várias causas, inclusive estruturais, tratando-se de um problema complexo e multidimensional que tem origem tanto a nível nacional como internacional (Nações Unidas, 1995).

De acordo com o Banco Mundial, em 2013, cerca de 1,2 bilião de pessoas viviam em condições de extrema pobreza, o que representa 21% da população mundial. As estatísticas disponibilizadas pela mesma instituição indicam que cerca de 2,2 milhões de pessoas viviam, em 2011, com menos US \$ 2 por dia.

De acordo com o prémio Nobel de Economia de 1998, Amartya Sen, a pobreza deve ser vista não só do ponto de vista monetário mas, sobretudo, como um défice de capacidades em relação a uma pessoa ou um agregado familiar que os impossibilita de levar uma vida decente de acordo com o padrão corrente da sociedade.

Por exemplo, a exclusão resulta das diferenças existentes entre diferentes partes da sociedade, levando a que um conjunto de indivíduos não tenha acesso a um conjunto mínimo de benefícios a que teriam direito enquanto membros de uma sociedade e conduzindo a uma situação em que não se verifica integração social (Rodrigues, Samagaio, Ferreira, Mendes & Januário, 1999; Silva, 2010).

De facto, um indivíduo ao ser excluído do mercado de trabalho verá as fontes de geração de rendimentos, que lhe permite o acesso a bens de primeira necessidade, reduzidos ou eliminados e, posteriormente, poderá vivenciar uma situação de pobreza.

Consequentemente, poderá vir a ser excluído das relações sociais, havendo uma rotura entre o indivíduo e a sociedade. A desintegração social bem como do sistema de atividades e das relações sociais e familiares são consequências da exclusão social (Rodrigues et al., 1999).

Segundo os mesmos autores, a pobreza e exclusão social encontram-se frequentemente associadas ao aparecimento de “classes perigosas” ou marginais que originam instabilidade e insegurança social. Importa referir que com as recentes crises económica e financeira a situação de desemprego, isto é a “ausência de emprego ou de trabalho regulado por uma relação contratual que institucionaliza o trabalho em emprego” (Rodrigues et al., 1999, p.76), vem intensificar o risco de pobreza e exclusão social.

Fenómenos atuais como a prostituição, dependência de drogas, alcoolismo, tabagismo, delinquência, maus-tratos físicos e mentais ou delinquência só podem ser enfrentados com mudanças profundas na economia (Silva, 2010). No entanto, as iniciativas de ES têm mostrado como esses problemas podem ser atenuados, através da atuação em várias áreas de atividade e diferentes escalas geográficas.

Os casos que servem de base empírica ao estudo exemplificam em que medida as iniciativas de ES, ainda que a uma escala local, podem ser essenciais ao desenvolvimento social das comunidades.

MÉTODO, CONTEXTO E GRELHA DE ANÁLISE

Método

Esta investigação procura incrementar o conhecimento sobre a realidade das ONGDP que desenvolvem ações de ES em CV, em especial compreender as razões que levam estas instituições a escolher o país, os benefícios e dificuldades que experimentam durante o processo de desenvolvimento das ações e os meios de financiamento que utilizam.

Sendo o ES um conceito recente em Cabo-Verde, a investigação sobre o tema é (praticamente) inexistente, pelo que se pretende, através deste estudo, alargar o conhecimento sobre um assunto ainda pouco conhecido e explorado.

Para a realização do estudo optou-se pelo uso de uma pesquisa exploratória, sabendo que esta é particularmente adequada quando há pouco conhecimento sobre o tema em estudo, permitindo assim conhecer com maior profundidade o assunto por forma a torná-lo mais claro (Gil, 2008; Raupp & Beuren, 2006).

A investigação assume um carácter qualitativo, pois permite explorar uma problemática onde existe ainda pouca investigação empírica, o que aconselha uma abordagem exploratória da questão de investigação formulada. Por outro lado, esta escolha resulta do facto deste tipo de pesquisa permitir uma visão mais alargada do problema, construída através dos sujeitos da investigação, e que apresenta um grande interesse no próprio processo e não só nos resultados obtidos (Sousa & Baptista, 2011).

O uso do método do estudo de caso, com base na descrição de iniciativas de ES, trouxe novas formas de abordar a pobreza e a exclusão social, propiciando a compreensão dos mecanismos de capacitação e desenvolvimento comunitário, com ênfase na sustentabilidade das iniciativas e tendo como orientação a missão social (em vez da acumulação de capital) (Santos & Guerra, 2012).

Para a realização do estudo recorreu-se à entrevista como método de recolha de dados. Para

Ketele (1999, p.18; citado por Sousa & Baptista, 2011, p.79) a entrevista é um “método de recolha de informações que consiste em conversas orais, individuais ou em grupo, com várias pessoas selecionadas, cujo grau de pertinência, validade e fiabilidade é analisado na perspetiva dos objetivos da recolha de informações”.

Através de uma conversa informal com um indivíduo ou informante chave, pretende-se obter os elementos necessários para a resposta à questão de investigação (Sousa & Baptista, 2011). Para que os objetivos da investigação possam ser alcançados, importa que a entrevista tenha um propósito bem definido, nomeadamente no que diz respeito ao tema, objetivos e à sua extensão (Quivy & Campenhoudt, 2008).

A entrevista semiestruturada foi realizada com base num guião, que depois das questões de caracterização das ONGDP que trabalham em CV, incluiu questões relativas às fontes de financiamento das ONGDP, tanto a nível dos recursos financeiros como humanos. Finalmente, havia questões que visavam explorar a visão que a ONGD tinha da sociedade cabo-verdiana e das suas dificuldades no desenvolvimento e implementação dos projetos.

Foi igualmente necessário definir quais as pessoas ou organizações que poderiam ser entrevistadas. Nesta medida, pretendeu-se recolher o testemunho do responsável Português da organização ou do representante responsável em CV.

De acordo com a Plataforma Portuguesa das ONGD (2014) são 65 as ONGD associadas à Plataforma portuguesa das ONGD, 26 das quais atuam em Cabo-Verde. Dentro destas, selecionaram-se 6 ONGD para a realização da entrevista, sendo que os elementos da amostra foram escolhidos por julgamento do investigador.

As organizações selecionadas foram a Associação para a Cooperação entre os povos (ACEP); a Associação de Defesa do Património de Mértola (ADPM); o Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF); os Meninos do Mundo (MM); a Raia Histórica (RH); a Associação para Desenvolvimento do Nordeste da Beira (ADNB); e as Terras Dentro – Associação para o Desenvolvimento Integrado (TD-ADI).

A escolha destas organizações justificou-se pela área em que atuam, na medida em que as organizações selecionadas desenvolvem projetos em diferentes ilhas.

Como consequência, as ONGD selecionadas trabalham com diferentes públicos-alvo, o que permite ter uma visão mais completa do trabalho desenvolvido por estas ONGDP em CV. Procurou-se ainda selecionar organizações que trabalhassem em diferentes ilhas, de modo a que a investigação tivesse uma maior cobertura geográfica.

Definida a amostra, agilizaram-se os procedimentos para que os dados primários da investigação pudessem ser recolhidos. Assim, numa primeira fase, as organizações foram contactadas de uma forma informal, por via telefónica, no sentido de se perceber se estas estariam dispostas a participar no estudo, através da realização de uma entrevista.

Depois de obter as respostas, que foram afirmativas, foi-lhes enviada uma mensagem por correio eletrónico, de forma formal, para o endereço que foi disponibilizado através do contacto telefónico.

A mensagem enviada permitiu que fossem marcadas a datas, hora e local para a realização das entrevistas. As entrevistas foram presenciais e nas instalações de cada um dos participantes. Quando tal não se afigurou possível, optou-se pela condução da entrevista via skype. As entrevistas

foram realizadas entre os meses de Junho a Agosto de 2015, tendo a duração média de 40 minutos.

As entrevistas realizadas foram gravadas e posteriormente reproduzidas e transcritas, procedendo-se depois à interpretação dos dados.

Contexto: Cabo Verde

Cabo Verde é um arquipélago formado por dez ilhas, das quais nove são habitadas. As dez ilhas estão divididas: i) no grupo de Barlavento que é constituído pelas ilhas de São Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau e Sal; e ii) no grupo Sotavento, constituído pelas ilhas de Maio, Santiago Fogo e Brava sendo as ilhas do Sal e da Boavista aquelas que apresentam maior potencial turístico (praias).

De acordo com o INE de CV a população do país era, em 2010, de 491.875. Desse valor, 248.260 são mulheres (50,5%) e 243.315 são homens (49,5%). A população reside maioritariamente no meio urbano (62%).

A idade média em CV é de 26.8 anos. A faixa etária mais representada (30%) é a que tem menos de 19 anos, sendo que as pessoas com mais de 65 anos representam apenas 7.6% da população total.

Cabo Verde é uma República democrática, que se rege por leis que salvaguardam o respeito pelos direitos humanos. O Estado está vinculado à constituição e às convenções e tratados internacionais sobre direitos humanos, sendo visto pela comunidade internacional como um exemplo de boa governação e de esforço para a convergência no desenvolvimento económico.

De acordo com o índice de Hebrahim de boa governação Africana, em 2014, CV foi o país de língua Portuguesa melhor classificado. O país é membro de várias organizações internacionais como o Banco Africano de Desenvolvimento, a Organização Mundial de Comércio, a Organização Internacional do Trabalho, a Organização das Nações Unidas, a Organização Mundial da Saúde, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), o Fundo Monetário Internacional, entre outros. Possui ainda uma parceria especial com a União Europeia.

As políticas de desenvolvimento que CV tem seguido levaram a um crescimento da economia nacional e isso foi reconhecido a nível internacional, como o demonstra o facto de, em 2007, CV ter sido reclassificado pela ONU como sendo um país de desenvolvimento médio, que sucede à classificação anterior, passando, em 2008, a fazer parte da Organização Mundial de Comércio (Relatório da conferência Rio+20, 2012).

No entanto, com a escassez de recursos naturais e a grande exposição de CV a choques externos (crise financeira, preço do petróleo), o país tem apresentado oscilações em termos de crescimento económico.

Segundo o Banco Mundial, o país registou, em 2010, uma taxa de crescimento de 1.5%, subindo no ano seguinte para 4%, voltando a descer, em 2012 e 2013, para 1.1% e 1%, respetivamente, começando a manifestar alguma recuperação económica em 2014, em que se regista uma taxa de crescimento do PIB de 2.7%.

Para além das justificações aduzidas anteriormente é de referir, ainda, a diminuição das remessas dos emigrantes que se refletiu na diminuição do consumo privado. Também o investimento privado diminuiu depois de 2011, em especial nos setores energético, de transporte, hotelaria e comunicações.

De acordo com a informação disponibilizada pelo Instituto Nacional de Estatística de CV, no mesmo período, verificou-se ainda uma melhoria na procura externa devido à diminuição das importações, ao aumento da produção nacional e à diminuição dos gastos da administração pública. As exportações, por sua vez, diminuíram.

O crescimento de CV resulta também dos apoios internacionais que o país tem recebido, nomeadamente de Portugal, União Europeia, Luxemburgo, Banco Mundial, ao mesmo tempo que o desenvolvimento do setor do turismo tem contribuído para a diversificação das fontes de competitividade do país.

CV, segundo o Relatório Rio+20, apresenta uma economia em que o principal setor é o dos serviços (19%), onde se destacam atividades como o comércio (15%), construção (10%), indústria (9%) e agricultura e pescas (8%).

O turismo é uma das atividades estratégicas de CV que domina o setor dos serviços. A agricultura e as pescas são desenvolvidas por 70% da população que vive nas ilhas de Santiago, São Antão, Fogo e Brava.

CV é um país com fracos recursos naturais, que se agrava pelo facto de pertencer ao Sahel. Existem ainda outros fatores de ordem social, cultural, económica e tecnológica que, conjuntamente com uma má gestão dos solos, água e vegetação, levam a que o país tenha necessidade de adotar medidas de desenvolvimento sustentável.

Na implementação dessas estratégias e programas de desenvolvimento têm surgido parceiros incontornáveis que têm vindo a apoiar os agentes públicos tanto na definição e implementação dos trabalhos como na comunicação e sensibilização das comunidades para a necessidade de preservação ambiental e para a aposta num desenvolvimento integrado e sustentável.

Neste contexto as ONG têm tido um papel muito importante na implementação dos Programas Nacionais de Luta contra a Pobreza (PNLP), principalmente no meio rural, através dos vários projetos.

Grelha de análise

Um dos problemas com que se depara o estudo do impacto das iniciativas de ES num território em concreto é o da falta de uma grelha de análise de referência.

Na sua ausência os investigadores tendem a descrever os casos de acordo com o seu próprio entendimento do caso em análise (Carvalho, Dominginhos, Baleiras & Dentinho, 2015). Esta abordagem não favorece uma apresentação lógica e sistemática do caso, prejudica a comparabilidade entre os casos, e reduz o potencial analítico.

Para procurar ultrapassar este problema, a análise dos casos é realizada através de uma grelha proposta por Pacheco e Santos (2015) para a inovação social. Esta grelha foi construída com base no contributo de diversos autores (tais como Moulaert et al., 2005; Comissão Europeia, 2005, entre outros).

As dimensões que compõem a grelha incluem as dinâmicas da envolvente e a operacional. Para a análise dos casos será usada a dinâmica da envolvente que influencia a emergência, as dinâmicas, o processos e os resultados da inovação social. Integra elementos específicos como o objetivo, drivers, território, tempo histórico, atores e materialização (Pacheco & Santos, 2015), a que se acrescentam os valores e o financiamento.

De forma breve explica-se o conteúdo da grelha, depois de adaptada à realidade do ES.

Dimensão 1 – Objetivo

Procura compreender quais são as especificidades e características intrínsecas da iniciativa social, bem como os objetivos a que procura responder. À semelhança da inovação social, também as ações de ES pretendem fazer face a necessidades humanas ainda não satisfeitas nem pelo mercado nem pelo Estado, capacitar e gerar empowerment nas populações, potenciar a cooperação e desenvolver o território (Austin, Stevenson & Wei-Skillern, 2006; Defourny & Nyssens, 2013; Osborne, 2011).

As iniciativas sociais apresentam um propósito marcadamente social, visando de um modo exclusivo, ou pelo menos proeminente, a criação de valor social (Dees, 1998).

Todas as atividades e recursos da organização são mobilizados em função desse propósito (Choi & Majumdar, 2013), na expectativa de que as suas ações proporcionem uma consequência benéfica para um grupo da população externo à organização (Uygur & Marcoux, 2013).

Dimensão 2 – Drivers

Procura identificar os fatores que podem desencadear a intervenção social, podem ser motivos de natureza económica (falhas de mercado, crise financeira, desemprego, pobreza, etc.) (Estrin, Mickiewicz & Stephan, 2011; Nissan, Castaño & Carrasco, 2012; Yunus, 2011), social (educação, saúde, etc.) (Thompson et al., 2000; Yunus, 2011), existencial (criatividade, autoexpressão, realização pessoal e independência ocupacional) (Germak & Robinson, 2013; Hoogendoorn, Pennings & Thurik, 2010; Sharir & Lerner, 2006), política (cidadania ativa, participação, etc.) (Ármannsdóttir, 2011; Barendsen & Gardner, 2004) e comportamental (seguir as regras dos pares, aceitar convites de amigos, ou seguir o exemplo de pessoas que conseguiram gerar um impacto social positivo) (Ármannsdóttir, 2011; London & Morfopoulos, 2010).

A constituição de uma iniciativa social poderá também surgir de um sentimento de afiliação para com uma determinada comunidade, onde a emoção e a compaixão são motivos de relevo (Miller, Grimes, McMullen & Vogus, 2012; Schepers, Gieter,

Pepermans, Bois, Caers & Jegers, 2005).

Verifica-se, pois, que a prática do ES é sustentada por um conjunto múltiplo de motivações, muito embora os propósitos de natureza social sejam predominantes para a criação da iniciativa social (Ármannsdóttir, 2011; Sharir & Lerner, 2006).

Dimensão 3 – Território

Carateriza o espaço de inserção geográfica da iniciativa social onde importa analisar as dinâmicas territoriais e as suas conexões sociais, económicas e políticas, para compreender as que interferem e condicionam o processo de ES.

As iniciativas de ES poderão emergir em localizações caracterizadas por instituições formais frágeis e com uma escassa capacidade financeira (Alvord, Brown & Letts, 2004; Austin et al., 2006).

Muitas organizações sociais encontram-se fortemente concentradas nas comunidades mais desfavorecidas (Villeneuve-Smith & Chung, 2013), sendo constituídas com o intuito de substituir as débeis e insuficientes instituições formais na provisão de serviços sociais.

Por outro lado, territórios marcados pela presença de instituições formais e de um Estado de Direito fortes (capazes de criar um saudável sentido de cidadania, vigoroso espírito empreendedor e um ambiente regulatório adequado), poderão também encorajar o aparecimento de organizações sociais (Hoogendoorn & Hartog, 2011; Noruzi, Westover & Rahimi, 2010; Shockley & Frank, 2011).

Dimensão 4 – Tempo

O elemento temporal transporta em si os eventos políticos, económicos e sociais que geram os problemas sociais. Estes estão relacionados não apenas com o contexto local, regional, nacional ou internacional, mas também decorrem de processos históricos específicos (crises industriais e crise económico-financeira, por exemplo) (Estrin et al., 2011).

De facto, é precisamente nos períodos de grande mudança, em particular, nos períodos de rápida transformação social, que emergem novos modelos de resposta social, frequentemente impulsionados pela sociedade civil (Mulgan, 2008).

Dimensão 5 – Materialização

A atuação do empreendedor social materializa-se na resolução dos problemas sociais das comunidades que pretendem servir (Dees, 1998; Mair & Martí, 2006).

O processo de criação de valor social resulta da aplicação de um conjunto de atividades organizacionais para a produção de determinados produtos ou serviços (outputs), que são disponibilizados enquanto veículo para a produção dos resultados pretendidos (desempenho) (Clark, Rosenzweig, Long & Olsen, 2004), como, por exemplo, número de empregos criados, redução de taxa de abandono escolar, número de pessoas que passaram a ter acesso a cuidados de saúde, redução do número de pessoas desnutridas, entre outros (Yunus, 2011).

A avaliação do valor que uma organização social é capaz de materializar é, contudo, particularmente complexa. De entre as principais dificuldades destaca-se o facto de o valor social gerado envolver, com frequência,

uma natureza qualitativa, dificilmente imputável à ação específica de uma organização, e de apresentar um baixo grau de comparabilidade entre organizações (Achleitner, Bassen & Roder, 2009; Emerson et al., 2001; Young, 2008).

Acresce que as atividades da organização podem não só criar valor social direto, como também proporcionar benefícios indiretos, o que dificulta a determinação da parcela de valor que deriva das atividades de uma organização em concreto (Trivedi & Stokols, 2011; Swanson & Zhang, 2012).

Dimensão 6 – Atores

Analisa a possibilidade do empreendedor e do beneficiário da ação poder participar no processo de construção da iniciativa social. Os atores são muito heterogêneos, no seu perfil (organização social, fundação, cidadãos, etc.) e expectativas em relação à organização (Spear, 2006; Sud, VanSandt & Baugous, 2009).

A criação de soluções sustentáveis requer, amiúde, a colaboração dos vários stakeholders, que incorporam o seu conhecimento e experiências na discussão de um modelo que permita a resolução de questões sociais de forma mais inovadora, completa e multifacetada (Toledano, 2011; Trivedi & Stokols, 2011). Estes atores integram diferentes elos que se conectam e que atuam em redes de cooperação e colaboração conjunta (Ármansdóttir, 2011; Toledano, 2011; Zhengdong, 2011), marcadas por um elevado nível de confiança mútua e reciprocidade (Barney & Clark, 2007).

Considera-se também entre os atores intervenientes a presença de entidades distintas diversas como sejam as redes nacionais e transnacionais, organizações não-governamentais, empresas, Estado, movimentos sociais e organizações da economia social e solidária (Austin & Seitanidi, 2011; Defourny & Kim, 2011; Defourny & Nyssens, 2013; Dees, 1998).

A adoção de uma governança multisstakeholder e a capacidade de criação de parcerias estratégicas e de cooperação de longo prazo são considerados elementos potenciadores do sucesso das organizações sociais (Borzaga & Galera, 2012; Sharir & Lerner, 2006; Spear, 2006).

Dimensão 7 – Valores

A procura de soluções inovadoras e diferenciadas para os problemas sociais não pode descurar a criação de valor económico. A criação de valor económico é instrumental à estratégia da organização social, na medida em que visa assegurar o desenvolvimento de um modelo de negócio financeiramente sustentável e que assegure a continuidade da sua missão social da organização (Noruzi et al., 2010).

Nessa medida, a criação de valor económico não surge como o elemento mobilizador central, mas como um subproduto da atividade socialmente empreendedora (Seelos & Mair, 2005) dado que o intuito de criação de valor social prevalece sobre a criação de valor económico.

São privilegiadas a descoberta de soluções inovadoras que permitam satisfazer necessidades sociais em detrimento de criação de riqueza, do valor de uso em relação ao valor de troca, da solidariedade e do bem

comum em relação do bem individual e privado (Hulgård, 2010; Santos, 2012). Estes valores são intrínsecos ao ES e assumem uma importância decisiva.

Dimensão 8 – Financiamento

As organizações sociais, para que possam desenvolver as atividades conducentes à criação de valor social, necessitam de dispor de um conjunto de recursos (financeiros, recursos em espécie e trabalho, quer seja remunerado ou voluntário) (Anheier, 2005).

A estrutura de fundos de uma organização social poderá compreender (Andrade & Franco, 2007; Machado, 2009; Teixeira, 2014): (i) fundos públicos, nacionais e internacionais, incluindo donativos, participações ou isenções fiscais; (ii) donativos privados fornecidos por particulares ou empresas; ou (iii) geração de receitas próprias, através da venda de bens e serviços a associados ou a terceiros, quotas dos sócios, mensalidades dos utentes, rentabilização do património, prestação de serviços, realização de outras atividades lucrativas, entre outros.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS *Análise*

O estudo realizado teve por base as entrevistas feitas às ONGD portuguesas que têm desenvolvido projetos no seio da sociedade cabo-verdiana. O quadro 1 sistematiza a principal informação recolhida junto das ONGD.

Quadro 1

Análise sintética da atuação das ONGDP (ACEP, APDM e IMVF) em Cabo Verde.

ACEP	APDM	IMVF	Meninos do Mundo	Raia Histórica	Terras Dentro
		Ilha Sto Antão, S. Vicente, Maio	Ilha Sto Antão, S. Vicente, S. Santiago		
Ilha de Santo Antão	Ilha Sto Antão, S. Vicente, S. Santiago	Ilha Sto Antão, S. Vicente, S. Santiago	Ilha Sto Antão, S. Vicente, S. Santiago		
Insularidade, Infraestruturas	Insularidade, Infraestruturas	Insularidade, Infraestruturas	Insularidade, Infraestruturas	Ilha Santiago, Fogo, Brava	Ilha S. Vicente, S. Nicolau, Santiago
Outras localizações: Moçambique, S. Tomé e Príncipe, Angola e Timor Leste	Outras localizações: São Tomé e Moçambique	Outras localizações: Angola, Brasil, Guiné-Bissau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe e Timor Leste	Outras localizações: Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor Leste	Insularidade, Infraestruturas	Insularidade, Infraestruturas

Objetivo Aprofundar Desenvolvimento Cooperação e Divulgar a adoção Promoção e Desenvolver e preservar territórios de laços de económico, social e educação nacional e aproveitamento das forma sustentável cooperação, em cultural Ajuda internacional e potencialidades Inst. Partic. de Seg. Social, ONGD, Pessoa particular nos humanitária de promoção dos endógenas dos Col. Ut. Pública países de língua Fundação e ONGD, emergência direitos das crianças territórios oficial Ent Priv s/ fins Luc. ONGD, Associação, ONGD Pessoa coletiva s/ fins Portuguesa Fundação s/ lucrativos, ONGD

ONGD e Pessoa fins luc, Pessoa
Col de Ut Col de Ut

Tempo	Fundada em 1990, atua na área da cooperação desde 1997 e	Fundada em 1980	Fundada em 1951, está em CV desde 2001	Fundação 2008	Fundada em 1996	Fundada 1991, atua em CV desde 2003
-------	--	-----------------	--	---------------	-----------------	-------------------------------------

Driver	Cidadania ativa	Convite de pares	Cidadania ativa	Cidadania ativa	Afiliação para com uma comunidade	Cidadania ativa e convite
--------	-----------------	------------------	-----------------	-----------------	-----------------------------------	---------------------------

Materialização	Desenvolvimento rural/agricola/pescas, Produção de queijo e compota (segurança alimentar), pobreza e exclusão social (Formação), Direitos Homem	Desenvolvimento rural/agricola, Ecologia, Meio ambiente, Educação, Pobreza e exclusão social, questões de género, reabilitação de infraestruturas	Desenvolvimento rural/agricola. Pobreza e exclusão social, reabilitação infraestruturas, Capacitação institucional, Saneamento e abastecimento de água, microcrédito	Saúde, Assistência e promoção social, desenvolvimento urbano - habitat	Desenvolvimento rural e agrícola, Pobreza e exclusão social, Emprego e inserção na vida ativa, microcrédito, formação profissional, Segurança alimentar	Desenvolvimento rural e agrícola, Ecologia e meio ambiente, pobreza e exclusão social, assistência e promoção social, emprego e inserção na vida ativa, formação profissional, turismo
----------------	---	---	--	--	---	--

Atores	União Europeia, Associações locais, Fundações	Instituto Camões Voluntários Parceiros locais Residentes	EU, Governo CV, Autarquias locais, Câmara de Maio, Associações locais, Instituto Camões, População em geral	Voluntários	Organização das Nações Unidas Comissão Europeia Câmara Municipal da Cidade Velha Parceiros locais População local	Parceiros União Europeia Governo Português Instituto Camões Câmaras Municipais População em geral
--------	---	--	---	-------------	---	---

Financiamento	Donativos privados, ajuda pública, donativos em espécie	Donativos privados, ajuda pública, donativos em espécie	Ajuda pública, donativos em espécie	Donativos em espécie, fundos da organização e pontualmente donativos privados	Ajuda pública e subvenções autarquias locais	Donativos em espécie e ajuda pública
---------------	---	---	-------------------------------------	---	--	--------------------------------------

Elaboração própria.

Discussão

Nos casos estudados verifica-se que a atuação em CV se iniciou a partir do ano de 2000, através de parcerias realizadas com outras entidades

cabo-verdianas, muito embora algumas ONGD já tivessem desenvolvido anteriormente algum tipo de atividade. A maioria das iniciativas foram impulsionadas pelo sentimento de cidadania e participação cívica, numa causa para a qual os seus mentores se encontravam particularmente sensibilizados.

As razões que levaram estas organizações a atuar em Cabo-Verde são, essencialmente, três: (i) a pertença a uma organização portuguesa que já desenvolvia atividades em CV; (ii) por convite de uma ONG cabo-verdiana para que a organização realizasse uma determinada atividade em CV; e (iii) a posse de contactos de organizações em CV, que conduziram ao desenvolvimento dos projetos em conjunto.

Um fator político relevante para CV atrair projetos das ONGD portuguesas foi pertencer à Comunidade dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e também à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Deste modo, parece que a língua foi uma das principais razões para CV estabelecer relações de parceria com as ONGD portuguesas. Este fator, para além de facilitar a atuação no terreno, poderá também gerar um maior sentimento de afiliação para com comunidades que partilham da mesma língua. Um outro motivo foi o de ter sido classificado como um país em vias de desenvolvimento.

Apesar de CV pertencer na atualidade ao grupo de países de desenvolvimento médio, pode ainda beneficiar dos projetos de cooperação por ter muitas fragilidades económicas e sociais.

Verifica-se ainda que os projetos são desenvolvidos sempre em parceria com organizações que já possuem contactos e relações sólidas em CV, e que as ONGD desenvolvem a sua atividade com parceiros locais. Os parceiros das ONGD portuguesas tanto podem ser portugueses como cabo-verdianos. Estes últimos revelam-se de extrema importância na identificação das necessidades locais em CV e na procura de respostas para os problemas, pois possuem o conhecimento do terreno e podem ajudar na implementação dos projetos, fazendo o enquadramento, e preparando as visitas. Este modo de atuação permite a rentabilização dos recursos que são necessários na implementação e desenvolvimento dos projetos. Como as ONGD portuguesas não possuem pessoal expatriado nem sede, os recursos técnicos são disponibilizados pelos parceiros.

Não existem dificuldades no estabelecimento de parcerias pois as ONGD já possuem um conhecimento prévio da organização.

Algumas das ONGD analisadas trabalham pontualmente com voluntários, não dispondo de um corpo de voluntários permanente, como é o caso da ACEP, a ADPM e a Raia Histórica. Os voluntários recrutados desenvolvem a sua ação essencialmente na qualidade de formadores, pelo que são preparados pelas ONGD de forma a serem integrados na organização e obterem informações acerca da área de realização do projeto, bem como do país de destino.

O IMVF já trabalhou com voluntários, embora de forma pontual. A Terras Dentro não trabalha com voluntários sabendo que possui um corpo de colaboradores disponíveis, enquanto a associação Meninos do Mundo trabalha só com voluntários, que contribuem com parte do seu

tempo e dinheiro para a causa. No que concerne ao recurso a voluntários, as razões são sobretudo de ordem financeira.

É que o uso de voluntários permite desenvolver mais atividades com os mesmos recursos. Os voluntários são todos originários de Portugal, pois as organizações locais raramente recrutam. O recurso a voluntários vem de encontro a uma das características das ISFL enunciadas por Salomon e Anheir (1996).

Com base numa das áreas de atuação das ONGD que é a cooperação para o desenvolvimento, as ONGD portuguesas estabelecem parcerias com organizações em CV. Desta forma, contribuem para o desenvolvimento rural, e não só, atuando nas mais diversas áreas como a promoção do empreendedorismo, o turismo, a área das pescas, agricultura, formação profissional, abastecimento de água, saneamento, saúde, apoio às organizações da sociedade civil, capacitação dos municípios, criação de gado, formação e gestão de pequenos negócios, promovendo desta forma o desenvolvimento integrado e sustentável (Santos, 2012) a partir do aproveitamento dos recursos naturais disponíveis.

Embora as ONGD entrevistadas não atuem nas mesmas áreas, verifica-se, porém, que quase todas as ilhas estão abrangidas pelos projetos em análise, com exceção das ilhas do Sal e da Boavista. Quanto aos fatores que conduziram à escolha das ilhas em que atuam, verifica-se que a decisão é determinada pela aprovação dos projetos por parte dos financiadores.

Os projetos levados a cabo pelas ONGD são de difícil mensuração quanto ao número de beneficiários, isto porque têm como objetivo último a população em geral, ou seja, quando se faz uma ação de capacitação, seja em que área for, o que se pretende é que esta se repercuta em todas as partes interessadas, alcançando assim um maior número de beneficiários. Deste modo, o objetivo é que o benefício resulte para toda a comunidade de forma direta ou indireta.

O estudo realizado evidenciou ainda a existência de uma preocupação por parte das ONGD portuguesas em capacitar as entidades em CV em determinadas áreas, procurando dar alguma autonomia de atuação. A maioria das ONGD entrevistadas acredita que se não desenvolvessem os projetos, as comunidades em que atuam poderiam ter as suas necessidades supridas de outra forma. Isto resulta do facto de CV possuir financiadores internacionais para os projetos de desenvolvimento, embora estes nem sempre sejam conhecidos por falta de divulgação.

Daí que, as ONGD procurem ajudar as organizações em CV ao nível do acesso às informações acerca das candidaturas e dos financiadores. Já para a Raia Histórica, os trabalhos que tem desenvolvido dificilmente seriam supridos de outra forma, sabendo que a tecnologia por eles utilizada não é usada por outras organizações que pudessem ir a Cabo Verde.

Apenas a ADPM e o IMVF, de entre as ONGD entrevistadas, possuem neste momento projetos a decorrer, pois as outras aguardam a abertura de candidaturas no âmbito do programa Portugal 2020.

O volume financeiro movimentado não é conhecido por muitas organizações, possuindo algumas apenas uma estimativa aproximada e

outras não disponibilizaram essa informação. No entanto, são várias as fontes de financiamento, como é o caso da União Europeia, o Instituto Camões, o Governo Português, Fundação Calouste Gulbenkian, a Fundação Portugal África, o programa Erasmus e FAO. Algumas ONGD como a Terras Dentro, ACEP, IMVF, ADPM, Meninos do Mundo recorrem a donativos em espécie, aumentando desta forma o volume dos recursos disponíveis. Deste modo, as ONGD portuguesas recorrem a fundos públicos nacionais e internacionais e donativos privados, não tendo geração de receita própria (Andrade & Franco, 2007; Machado, 2009).

Analisando a tipologia de recursos preconizada por Anheier (2005), constata-se que as ONGD portuguesas recorrem a meios financeiros, recursos em espécie e trabalho tanto remunerado como voluntário, embora o trabalho voluntário e os recursos em espécie não se apliquem a todas as organizações.

Para as ONGD portuguesas a sociedade Caboverdiana é aberta e adere facilmente às atividades realizadas, participando, com muita frequência, diretamente na identificação das necessidades das suas comunidades através de reuniões com as ONGD portuguesas em parceria com as associações locais. A sociedade vê os projetos como uma mais-valia para a comunidade, daí que colaboram para que sejam concluídos com êxito.

No que se refere às dificuldades encontradas no desenvolvimento das suas atividades, evidenciam-se como principais obstáculos as falhas de internet ou de redes telefónicas que muitas vezes dificultam as comunicações em tempo oportuno, levando a demoras no recebimento de documentos que são necessários para as candidaturas, a acessibilidade a algumas zonas em CV, principalmente nas da ilha Brava e de Santo Antão.

Ao nível das populações, em especial da jovem, verifica-se alguma passividade (“esperar para que as coisas aconteçam”), em vez de adotarem uma atitude proactiva.

A maioria das organizações atua ainda em outros domínios geográficos para além de Portugal e Cabo Verde. Trabalhar com países que são membros da CPLP e dos PALOP além de Cabo Verde, como é o caso da Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Brasil ou Angola, permite às organizações trocar experiências. As organizações aproveitam as soluções que são encontradas num país para a resolução de problemas, transferindo-as depois, com adaptações, para outros contextos.

De facto, existem muitos problemas comuns que exigem soluções, como por exemplo, a inércia dos jovens e a falta de capacidade ou espírito empreendedor, ou o alcoolismo. No que se refere às oportunidades, estas são específicas de cada país. Enquanto alguns países se deparam com uma forte riqueza natural e a facilidade de produção de bens agrícolas (São Tomé) ou recursos naturais abundantes e clima favorável (Brasil), em Cabo Verde, pelo contrário, os recursos são escassos (como por exemplo o abastecimento de água às populações).

No que toca a dificuldades partilhadas, verificam-se a insularidade e descontinuidade territorial (com o caso de São Tomé), a instabilidade política e golpes de estado que conduzem à fragilização das instituições

e do Estado (Guiné-Bissau). Noutros casos poderia ainda haver maior intercâmbio de recursos, como é o caso da formação, que em alguns países (São Tomé) é deficitária e em CV é excedentária.

O objetivo final da atuação das ONGD Portuguesas não é a criação de um excedente económico, mas sim valor social. Têm uma natureza jurídica de Instituição sem Fins Lucrativos, o que as remete para a tradição europeia da economia social que designa o terceiro setor (Defourny & Nyssens, 2010; Parente et. al., 2011). Estas ONGD têm trabalhado junto da sociedade cabo-verdiana com o objetivo de promover um desenvolvimento integrado e sustentável que se repercute em toda a sociedade (Santos & Guerra, 2012).

O estudo empírico demonstra que muitas destas organizações não conseguem apurar o número exato de beneficiários das suas atividades, por serem difíceis de medir (impacto de longo prazo) e do termo “social” ser complexo (Dees, 2001; Parente & Quintão, 2014).

Estas ONGD têm levado inovação social para CV, quer seja na agricultura com as técnicas de produção, quer seja na produção do queijo com métodos de pasteurização inovadores, ações de voluntariado, com consultas médicas e disponibilização de materiais que não há em CV, entre muitas outras.

A inovação ocorre também, na forma de identificação das oportunidades, em que se verifica o envolvimento não só dos parceiros, como também da comunidade. Esta é, aliás, uma forma de sensibilizar a população, na medida em que ao participarem, verem as ações concretizadas e o impacto que estas têm na comunidade irão sentir-se parte integrante do projeto.

Contata-se também que as ONGD pretendem satisfazer as necessidades das populações procurando torna-las autónomas na resolução dos seus problemas através da realização de ações de formações e capacitação (Santos & Guerra, 2012). Deste modo, as famílias conseguem criar o seu próprio negócio, através das ajudas para a aquisição de equipamentos (pescas, agricultura) ou formação (na área de doces e compotas, empreendedorismo, guia turístico). Através destas ações, as ONGD promovem a autossustentabilidade das famílias, gerando mais emprego e mais riqueza, incentivando a luta contra a pobreza e a exclusão social e o desenvolvimento local sustentável (Quintão, 2011). No entanto, mesmo tendo como objetivo principal a criação de valor social as suas ações acabam por gerar, ainda que indiretamente, valor económico como defendem Emerson et al. (2001).

O valor social pode é proporcionado de forma direta (formações, equipamentos para a agricultura, pescas) e/ou indireta (com sensibilizações acerca de uma questão social).

Analisando a ação das ONGD portuguesas com base no referencial conceitual proposto por Dees (2001) constata-se que: i) as ONGD adaptam a sua missão para criar e manter valor social. Assim sendo, através das suas ações promovem um desenvolvimento sustentável e integrado tanto a nível económico como social; ii) reconhecem e procuram novas oportunidades para alcançar a sua missão; iii) empenham-se num processo

contínuo de inovação, adaptação e aprendizagem; iv) agem com ousadia sem estarem limitados aos recursos disponíveis no momento; v) prestam contas com transparência às partes envolvidas. De acordo com a definição ideal de Dees (2001) as ONGD portuguesas têm desempenhado um papel de agente da mudança no setor social em CV.

CONCLUSÕES

O objetivo principal desta investigação foi o de averiguar quais os contributos que as ONGD portuguesas têm dado para o desenvolvimento económico e social de CV.

O estudo realizado permitiu detetar que as ONGD atuam em CV através de parcerias. As suas atividades são desenvolvidas tendo em conta os recursos disponíveis de cada ilha ou comunidade, promovendo assim um desenvolvimento económicosocial integrado e sustentável no meio em que atuam (Parente & Quintão, 2014). Da análise efetuada resulta que estas organizações têm feito uma intervenção de forma inovadora, em termos de técnicas, materiais e formação.

As ONGD fazem o acompanhamento dos projetos e dão apoio à distância nas áreas da gestão, planeamento e implementação, deixando para o parceiro local a intervenção no terreno. Algumas organizações recorrem ao voluntariado, sendo os voluntários apenas de origem portuguesa. Não obstante, a sociedade cabo-verdiana é caracterizada como uma sociedade aberta e que colabora com os projetos.

Não se conhecem os valores do financiamento dos projetos que foram implementados, mas identificaram-se as instituições financiadoras mais importantes (União Europeia, a Cooperação Portuguesa e o Instituto Camões). Para além dos recursos financeiros as ONGD também acedem a donativos em espécie.

As ONGD procuram uma cobertura em relação às ilhas menos desenvolvidas, não tendo sido contempladas até ao presente as ilhas do Sal e da Boavista. As dificuldades encontradas pelas organizações no terreno são de natureza logística, em que se incluem a comunicação (internet, telemóvel), o transporte e a acessibilidade aos locais onde pretendem atuar. Uma das razões para a cooperação com as ONGD Portuguesas foi pertencer aos PALOP e à CPLP, sendo a língua o elemento determinante.

As ONGD entrevistadas referiram que baseiam a sua intervenção na inovação social, ao levarem para CV técnicas a nível da agricultura, pescas, criação de gado ou mesmo através da formação e da produção de bens (compotas, queijo). Estas ONGD aproveitam as oportunidades oferecidas pelas características de cada ilha e satisfazem as necessidades das comunidades. Estas organizações pretendem que as suas ações desencadeiem um “efeito bola de neve” podendo, desse modo, alcançar um maior número de beneficiários. Assim, nas várias áreas em que atuam estimulam melhorias que depois se repercutem em toda a comunidade, região e país. Um dos exemplos claros é a criação de emprego que possibilita melhorias nas condições de vida das famílias e que tem um efeito dominó sobre a economia.

Do estudo pode-se verificar que existem alguns constrangimentos que muitas vezes se traduzem em dificuldades para o desenvolvimento das atividades das ONGD. Pode-se assim constar que se existisse isenção ou diminuição das taxas alfandegárias em CV talvez as ONGD pudessem levar mais recursos em espécie, sendo que muitas vezes não têm meios financeiros suficientes para fazer face às despesas que o desenvolvimento de determinados programas implica. Através dessa medida de política fiscal, CV poderia beneficiar de uma maior capacidade de criação de valor social.

Verifica-se ainda que seria benéfica a ocorrência de uma melhor articulação entre os PALOP, de modo a que estes pudessem alcançar vantagens mútuas por via da complementaridade (e troca) de recursos humanos e naturais. Constata-se ainda que as atividades desenvolvidas são em grande medida suportadas pela ajuda pública como donativos privados e donativos em espécie.

A inclusão de estratégias de geração de rendimento permitiria criar uma maior autonomia financeira à organização e reduzir a sua dependência face a outras entidades (em particular de natureza pública).

Ainda que a criação de valor económico não seja um dos pilares da estratégia das organizações sociais, verifica-se que a ação desenvolvida na capacitação das populações locais leva a que estas sejam capazes de criar e/ou integrar uma atividade profissional geradora de rendimento, que permita fazer face a muitas das necessidades sociais com que se deparam.

A investigação realizada, como qualquer trabalho de investigação deparou-se com dificuldades. Um dos problemas advém do facto do ES ser um campo cuja produção científica é ainda escassa. Recorreu-se aos estudos disponíveis na literatura internacional e também em Portugal, sendo que em CV a investigação sobre ES é praticamente inexistente.

O estudo realizado procurou alargar a produção de conhecimento sobre o ES em CV. Permitiu ainda compreender como as organizações que atuam nestes dois países desenvolvem as atividades socialmente empreendedoras preenchendo, assim, uma lacuna de investigação existente.

Como investigação futura propõe-se um estudo sobre o perfil dos empreendedores sociais em CV, de modo a perceber em que medida este se assemelha ao de outros países. Do mesmo modo seria pertinente analisar em que medida o contexto político, legal, social, económico e tecnológico promovem o desenvolvimento de atividades de ES em CV. Sugere-se ainda uma análise aos programas que o Estado cabo-verdiano lançou no ensino do ES, procurando saber qual o seu impacto na geração de atividades socialmente empreendedoras no país.

Adicionalmente, seria relevante alargar a investigação realizada a outros países de língua portuguesa, avaliando o contributo que as ONGD portuguesas têm tido no desenvolvimento de outros países PALOP e estudar em que medida os contornos em que é desenvolvida a ação das organizações é semelhante ao de Cabo Verde.

REFERÊNCIAS

- Abu-Saifan, S. (2012). Social entrepreneurship: definition and boundaries. *Technology Innovation Management Review*, 2(2), 22-27.
- Achleitner, A., Bassen, A. & Roder, B. (2009). An integrative framework for reporting in social entrepreneurship. Social Science Research Network.
- Alvord, S., Brown, D., & Letts, C. (2004). Social entrepreneurship and societal transformation. *The Journal of Applied Behavioral Science*, 40, 260-282.
- Andrade, A. M., & Franco, R. C. (2007). *Economia do conhecimento e organizações sem fins lucrativos*. Porto: Sociedade Portuguesa de Inovação.
- Anheier, H. K. (2005). *Non profit organization: theory, management, policy*. Abingdon: Routledge.
- Ármannsdóttir, A. (2011). *The Icelandic social entrepreneur: The key motivational factors pursuing social behavior*. Saarbrücken: Lambert Academic Publishing.
- Austin, J., & Seitanidi, M. (2011). Value creation in business – Nonprofit collaborations. Social Enterprise Series, Harvard Business School Working Paper, 33.
- Austin, J., Stevenson, H. & Wei-Skillern, J. (2006). Social and commercial entrepreneurship: Same, different, or both? *Entrepreneurship Theory and Practice*, 30 (1), 1-22.
- Banco Mundial. (s.d.). Poverty overview. Acedido março 14, 2015, em The World Bank:
- Barendsen, L., & Gardner, A. (2004). Is the social entrepreneur a new type of leader? *Leader to Leader*, 34, 43–50.
- Barney, J., & Clark, D. (2007). *Resource-based theory. Creating and sustaining competitive advantage*. New York: Oxford University Press.
- Borzaga, C., & Galera, G. (2012). The concept and practice of social enterprise. Lessons from the Italian Experience. *International Review of Social Research*, 2 (2), 95-112.
- Brito, J. L. L. (2013). *Cabo Verde, de uma economia de renda para um modelo de economia sustentável*. Dissertação de Doutoramento em Economia, Universidade Técnica de Lisboa, Portugal.
- Carmo, H. (2008). *Problemas sociais contemporâneos*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Carvalho, L. C., Dominginhos, P., Baleira, R. N., & Dentinho, T. P. (Eds) (2015). *Empreendedorismo e Desenvolvimento Regional: casos práticos*. Lisboa: Sílabo.
- Carvalho, M. C. (2012). *Empreendedorismo jovem em Cabo Verde: necessidades e oportunidades*. Dissertação de Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo, Faculdade de Economia e Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Portugal.
- Choi, N., & Majumdar, S. (2014). Social entrepreneurship is an essentially contested concept: opening a new avenue for systematic future research. *Journal of business venturing*, 29(3), 363-376.
- Clark, C., Rosenzweig, W., Long, D. & Olsen, S. (2004). *Double bottom line project report: Assessing social impact in double bottom line*

- ventures. Rockefeller Foundation. Acedido em julho 15, 2015, em http://www.riseproject.org/DBL_Methods_Catalog.pdf
- Dees, G. (2001). The meaning of social Entrepreneurship. Duke Fuqua School of Business, acedido em dezembro 2, 2014, em https://centers.fuqua.duke.edu/case/wp_content/uploads/sites/7/2015/03/Article_Deas_MeaningofSocialEntrepreneurship_2001.pdf.
- Dees, J. (2009). Social ventures as learning laboratories. *Innovations: Technology, Governance, Globalization*, 3 (3), 11-15.
- Dees, J. (1998). Enterprising nonprofits: What do you do when traditional sources of funding fall short? *Harvard Business Review*, 76 (1), 55-67.
- Defourny, J., & Kim, S. (2011). Emerging models of social enterprise in Eastern Asia: a cross-country analysis. *Social Enterprise Journal*, 7 (1), 86-111.
- Defourny, J., & Nyssens, M. (2013). Social Innovation, social economy and social enterprise: what can the European debate tell us?, In *International Handbook on Social Innovation: Collective Action, Social Learning and Transdisciplinary Research*, 1, 40-52, Edward Elgar, Cheltenham.
- Defourny, J., & Nyssens, M. (2010). Conceptios of social enterprise and social entrepreneurship in Europe and the United States: convergences and divergences. *Journal of the social entrepreneurship*, 1(1), 32-53.
- Dees, G. (2007). Taking social entrepreneurship seriously. *Society*, 44(3), 24-31.
- Emerson, J., Wachowicz, J. & Chun, S. (2001). Social return on investment (SROI): Exploring aspects of value creation. Harvard Business School, Working Knowledge for Business Leaders. Acedido em maio 31, 2015, em <http://hbswk.hbs.edu/archive/1957.html>
- Estrin, S., Mickiewicz, T., & Stephan, U. (2011). For benevolence and for self-interest: Social and commercial entrepreneurial activity across nations. IZA Discussion Paper No. 5770. Acedido em março 29, 2015, em <http://ssrn.com/abstract=1867039>
- FAO, Governo de Cabo Verde. (2009). Quadro das demandas e propostas de Cabo Verde para o desenvolvimento de um programa regional entre países da CPLP no domínio da luta contra a desertificação e gestão sustentável das terras. Praia Cabo Verde: TCP CPLP/FAO.
- Germak, A., & Robinson, J. (2013). Exploring the motivation of nascent social entrepreneurs. *Journal of Social Entrepreneurship*, 5 (1), 5-21.
- Gil, A. C. (2008). Métodos e técnicas de pesquisa social (6ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Governo de Cabo Verde. (2012). Cabo Verde no contexto do desenvolvimento sustentável. Acedido em agosto 2, 2015, em <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/1035capeverde.pdf>.
- Hoogendoorn, B., & Hartog, C. (2011). Prevalence and determinants of social entrepreneurship at the macro-level. Scales Research Reports H201022, EIM Business and Policy Research. Acedido em abril 23, 2015, em <http://www.entrepreneurship-sme.eu/pdf ez/H201022.pdf>
- Hoogendoorn, B., Pennings, E., & Thurik, R. (2010). What do we know about social entrepreneurship? An analysis of empirical research. *International Review of Entrepreneurship*, 8 (2), 1-42.
- Hulgård, L. (2010). Discourses of social entrepreneurship - Variations of the same theme? EMES European Research Network working papers.

- Instituto Nacional de Estatística (INE). (2010). Sobre a pobreza, as desigualdades e a privação material em Portugal. Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde. (s.d.). Acedido agosto 9, 2015, em <http://www.ine.cv/>
- Leadbeater, C. (1997). *The rise of the social entrepreneur*. London: Demos.
- Machado, T. A. (2009). *ONGD: O papel da comunicação no seu conhecimento e reconhecimento*. Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa, Portugal.
- Miller, T., Grimes, M., McMullen, J. & Vogus, T. (2012). Venturing for others with heart and head: How compassion encourages social entrepreneurship. *Academy of Management Review*, 37 (4), 616–640.
- Moulaert, E. (2010). Social innovation and community development: concepts, theories and challenges. In *Can neighbourhood save the city? Community development and social innovation*. 1, 416, Routledge, New York.
- Mulgan, G. (2008). Cultivating the other invisible hand of social entrepreneurship: Comparative advantage, public policy, and future research priorities. In A. Nicholls (Ed.), *Social entrepreneurship: new models of sustainable social change* (74-95). New York: Oxford University Press.
- Muraro, P., & Lima, J. (2003). Terceiro setor, qualidade ética e riqueza das organizações. *Revista FAE*, 6(1), 79-88.
- Nações Unidas. (1995). *Relatório da cimeira mundial sobre Desenvolvimento social*. Copenhaga.
- Nissan, E., Castaño, M., & Carrasco, I. (2012). Drivers of non-profit activity: a cross-country analysis. *Small Business Economics*, 38 (3), 303-320.
- Noruzi, M., Westover, J., & Rahimi, G. (2010). An exploration of social entrepreneurship in the entrepreneurship era. *Asian Social Science*, 6 (6), 310.
- Oliveira, E. V. (2011). *Empreendedorismo em Cabo Verde. Necessidade ou Oportunidade: realidade da ilha de Santo Antão – Cabo Verde*. Dissertação de Mestrado em Gestão de Empresas, Instituto Universitário de Lisboa, Portugal.
- Osborne, G. (2011). You Can't Fish Without a River. *Tennessee's Business*, 20 (1), 15-16.
- Pacheco, A. S. V., & Santos, M. J. N. (2015). Inovação social: proposição de um modelo de análise. In Santos, M. J. N. & Seabra, F. M. (Coord.). *Inovação Social & Desenvolvimento: reflexões e estudos de caso*. Olivais: RH Editora.
- Parente, C., & Quintão, C. (2014). Uma abordagem eclética ao Empreendedorismo social. In C.
- Parente (Ed.) *Empreendedorismo social em Portugal* (11-71). Porto: Faculdade de Letras do Porto.
- Parente, C., Costa, D., Santos, M., & Chaves, R. R. (2011). Empreendedorismo social: contributos teóricos para a sua definição. XIV encontro nacional de sociologia industrial, das organizações e do trabalho, (1-15). Lisboa. Acedido em outubro 22, 2014, em <http://web3.letras.up.pt/empsoc/index.php/actividade/85-empreendedorismo-social-contributos-teoricos-para-a-sua-definicao>.

- Plataforma Portuguesa das ONGD. (2014). Guia das ONGD. Lisboa: Plataforma Portuguesa das ONGD.
- Porter, M., & Kramer, M. (January-February de 2011). The big ideia: Creating shared value. *Harvard Business Review*, 89(2), 1-17.
- Quintão, C. (2004). Empreendedorismo social e oportunidades de construção do próprio emprego. Seminário Trabalho social e Mercado de Emprego, Painel Políticas Sociais e Mercado do Emprego, Universidade Fernando Pessoa, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Porto: Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Instituto de Sociologia. Acedido em outubro 29, 2014, http://repositorio.aberto.up.pt/bitstream/10216/54371/2/ISWP42004_000122480.pdf.
- Quintão, C. (2011). O terceiro setor e a sua renovação em Portugal, uma abordagem preliminar. (C. Parente, Ed.) *IS Working Papers*, 2ª Série Nº2, 1- 18. Acedido em outubro 29, 2014, em http://isociologia.pt/App_Files/Documents/is-wp-ns_002_110411025242.pdf.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2008). Manual de investigação em ciências sociais (5ª ed.). Lisboa: Gradiva.
- Raupp, F. M., & Beuren, I. M. (2006). Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In I. M. Beuren (Ed.). *Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: teoria e prática* (76-97) (3.ª edição). São Paulo: Atlas.
- Rio+20 (2012). Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Obtido em 2 de Agosto de 2015, de <http://www.onu.org.br/rio20/documentos/>
- Rocha, E. M. (2013). Gestão empreendedora das Associações - Caso AMI-PAUL. Monografia da Licenciatura em Organização e Gestão de empresas, Universidade do Mindelo, Cabo Verde.
- Rodrigues, E. V., Samagaio, F., Ferreira, H., Mendes, M. M., & Januário, S. (1999). A pobreza e a exclusão social: Teorias, conceitos e políticas sociais em Portugal. *Revista da Faculdade de Letras: sociologia*, 9, 63-101.
- Salomon, L. M., & Anheir, H. K. (1996). The international classification of nonprofit organization: ICNPO Revision 1. Working papers of the Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project.
- Santos, F. (2012). A positive theory of social entrepreneurship. *Journal of Business Ethics*, 111 (3), 335–351.
- Santos, M., & Guerra, P. (2012). O empreendedorismo social em Portugal na estratégia de combate à pobreza e exclusão social: uma ilustração. VII congresso português de sociologia - Pobreza, Exclusão Social e Políticas Sociais (1-10). Porto: Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. Acedido em novembro 8, 2014, em http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP_1065_ed.pdf.
- Schepers, C., Gieter, S., Pepermans, R., Bois, C., Caers, R., & Jegers, M. (2005). How are employees of the nonprofit sector motivated? A research need. *Nonprofit Management and Leadership*, 16 (2), 191-208.
- Seelos, C., & Mair, J. (2005). Social entrepreneurship: Creating new business models to serve the poor. *Business Horizons*, 48 (3), 241-246.
- Sharir, M., & Lerner, M. (2006). Gauging the success of social ventures initiated by individual social entrepreneurs. *Journal of World Business*, 41 (1), 620.

- Shockley, G., & Frank, P. (2011). The functions of government in social entrepreneurship: Theory and preliminary evidence. *Regional Science Policy and Practice*, 3 (3), 181-198.
- Silva, M. (2010). Pobreza, direitos humanos e democratização da economia. In A. Teixeira, S. Silva, & P. Teixeira (Ed.). *O que sabemos sobre a pobreza em Portugal* (61-74). Porto: Vida económica.
- Sousa, M. J., & Baptista, C. S. (2011). *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios segundo Bolonha* (4ª ed.). Lisboa: Pactor.
- Spear, R. (2006). Social entrepreneurship: A different model?, *International Journal of Social Economics*, 33 (5-6), 399 - 410.
- Sud, M., VanSandt, C., & Baugous, A. (2009). Social entrepreneurship: The role of institutions. *Journal of Business Ethics*, 85 (1), 201-216.
- Swanson, A., & Zhang, D. (2012). Social entrepreneurship. In T. Burger-Helmchen (Ed.), *Entrepreneurship - Gender, geographies and social context*, (171-190). Rijeka: InTech.
- Teixeira, Z. M. (2014). *O relato financeiro nas IPSS: estudo de caso de uma IPSS do concelho de Vila Nova de Gaia. Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Finanças, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Portugal.*
- Thompson, J., Alvy, G., & Lees, A. (2000). Social entrepreneurship - A new look at the people and the potential. *Management Decision*, 38 (5), 328-338.
- Toledano, N. (2011). Social entrepreneurship: the new narrative for the practice of the social economy. CIRIEC-España, *Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa*, 73, 9-31.
- Trivedi, C., & Stokols, D. (2011). Social enterprises and corporate enterprises: Fundamental differences and defining features. *Journal of Entrepreneurship*, 20 (1), 1-32.
- Uygur, U., & Marcoux, A. (2013). The added complexity of social entrepreneurship: A knowledgebased approach. *Journal of Social Entrepreneurship*, 4 (2), 132-152.
- Villeneuve-Smith, F., & Chung, C. (2013). *State of Social Enterprise Survey*. London: Social Enterprise Coalition.
- Young, D. (2008). A unified theory of social enterprise. In: G. Shhockley, R., Stough, & P. Frank (eds.). *Non-market entrepreneurship – Interdisciplinary approaches* (175-191). Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing.
- Yunus, M. (2011). *A empresa social* (A. Saldanha, Trad., Tradução do original em inglês *Building social business- The new kind of capitalism that serves humanity's most pressing needs*). Lisboa: Editorial Presença.
- Zahra, S., Gedajlovic, E., Neubaum, D., & Shulman, J. (2009). A typology of social entrepreneur; motives, search processes ant ethical challenges. *Journal of Business Venture*, 24 (5), 519-532.
- Zhengdong, L. (2011). Social capital and public image of non-profit organizations. *International Journal of Business and Social Science*, 2 (13), 230235.

Notas

- [1] ISCAP, Politécnico do Porto (Portugal). [susana]bernardino@gmail.com]

- [2] ISCAP, Politécnico do Porto e Universidade do Minho (Portugal).
[jfsantos@iscap.ipp.pt]
 - [3] Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (Portugal).
[maryze.soares@hotmail.com]
-